

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E
CONTABILIDADE - FEAAC
CURSO : CIÊNCIAS ECONÔMICAS

***IMPACTOS ECONÔMICOS DO TURISMO NO
ESTADO DO CEARÁ***

FEAAC

ANA SILVIA RODRIGUES ARAGÃO
PROF. ORIENTADOR : LUIZ IVAN DE MELO CASTELAR

FORTALEZA (CE), FEVEREIRO DE 1997

IMPACTOS ECONÔMICOS DO TURISMO NO ESTADO DO CEARÁ

ANA SILVIA RODRIGUES ARAGÃO

BSFEAC

Monografia submetida à
Coordenação do Curso de Economia
da Universidade Federal do Ceará
como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
FEVEREIRO - 1997

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Economia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC .

BSFEAG

Ana Silvia Rodrigues Aragão

Prof.º Luiz Ivan de Melo Castelar

Prof.ª Maria do Socorro Gondim Teixeira

Prof.º Juscelino Filgueiras Colares

Monografia aprovada em 18 de fevereiro de 1997

AGRADECIMENTOS



A Deus, força viva a iluminar sempre todos os meus passos.

Aos Meus Pais, exemplo de coragem e dedicação, que com muito esforço e sacrifício, tudo fizeram e fazem por todos os seus filhos e aos quais eu dedico esta Monografia.

Ao Prof. Luiz Ivan de Melo Castelar, que sob sua orientação e sobretudo com sua amizade, deu o incentivo e o apoio necessários para a superação de todos os obstáculos ao final da minha Graduação.

Ao Prof. Hildemar Brasil, pelo fornecimento de dados quando Gerente de Informação da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará.

Aos Meus amigos, que contribuíram direta ou indiretamente, e sem os quais não teria sido possível a realização deste trabalho. De modo especial: Fabrício Linhares, Kílvia Helane, Inácio Filho e Roberto de Carvalho.

A todos, o meu muito obrigada.

SUMÁRIO

BSFEAC

	PÁGINA
INTRODUÇÃO	01
1. OPÇÃO DO GOVERNO PARA FOMENTAR O TURISMO E AS MEDIDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE FORAM IMPLEMENTADAS	04
1.1 <i>POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO</i>	05
1.2 <i>POLÍTICA ESTADUAL DE TURISMO</i>	08
2. METODOLOGIA	16
3. EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	20
3.1 <i>A ATIVIDADE TURÍSTICA E O COMPORTAMENTO DE ALGUMAS VARIÁVEIS ECONÔMICAS</i>	20
3.2 <i>IMPACTOS SOBRE A PRODUÇÃO SETORIAL DOS INVESTIMENTOS E A DEMANDA TURÍSTICA</i>	35
4. CONCLUSÕES	40
BIBLIOGRAFIA	43

INTRODUÇÃO

A conjuntura atual aponta significativas transformações, sejam elas econômicas ou sociais. Com a globalização, assiste-se a um cenário de integração entre os continentes e a formação de um mundo sem fronteiras. Essas mudanças, implicam numa profunda alteração na vida das pessoas. A sociedade capitalista, com suas evoluções científica e tecnológica, induz novas formas de comportamento dos indivíduos. A tendência da humanidade é concentrar-se nas grandes cidades, com a conseqüente formação de conflitos sociais que favorecem a violência e as neuroses urbanas. O homem, para fugir dos problemas quotidianos, procura o lazer como forma de amenizar as tensões decorrentes do dia-a-dia.

Sendo considerado como uma necessidade vital para o bem-estar humano, o turismo desponta como uma das atividades econômicas mais promissoras da atualidade. Alguns estudiosos arriscam dizer que o turismo se constituirá na primeira atividade mundial em termos de receita e no maior empregador de mão-de-obra na primeira década do próximo século. Para economias subdesenvolvidas, torna-se uma alternativa ao desenvolvimento, baseado na exploração de seus atrativos naturais, históricos e culturais.

Genericamente, podemos definir o turismo como o movimento de pessoas, envolvendo todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado.

No entanto, é preciso compreender que o turismo não pode ser visto apenas como a solução para todas as dificuldades de um país ou região e

também é preciso desmistificar a idéia de que ele é fonte incontestável de progresso social. Para que haja o retorno social esperado é preciso que exista toda uma estrutura voltada para melhoria da qualidade de vida das pessoas, e uma preocupação com a preservação ambiental e cultural, favorecendo efetivamente o desenvolvimento sócio-econômico, com distribuição de renda, maiores níveis de emprego, melhores salários, e sobretudo, que os ganhos decorrentes do turismo proporcionem a satisfação mínima de subsistência, saúde, moradia e educação da população local.

O Ceará, em particular, conta com um enorme potencial turístico a ser explorado, formado pelas belas praias, que perfazem um total de 573 km de litoral, serras, o clima quente e a cultura popular. Mas, não apenas isso atrai o turista. É preciso que o governo garanta os subsídios necessários, através de políticas de investimento que incentivem o turismo na região e preparem a infra-estrutura das cidades, além da instrução da população para o desenvolvimento harmônico desse novo setor, trazendo benefícios reais para toda a sociedade. Ao contrário do que geralmente ocorre nas economias pouco desenvolvidas, onde são adotadas medidas que visam apenas o turista em si, influenciando negativamente a localidade e acarretando desequilíbrios sociais; tais como: destruição do meio ambiente, frustração pelo contato com uma sociedade de padrões de consumo mais elevado, prostituição, etc.

Sendo o Estado, dependente de uma agricultura incipiente, sujeita a altos níveis de risco, devido à sua localização no semi-árido, e um setor industrial pouco desenvolvido, além da tradicional orientação da economia estadual para o setor de serviços, preponderantemente para o setor comercial, o executivo estadual, com a nova elite que se instala no poder em

1. A OPÇÃO DO GOVERNO PARA FOMENTAR O TURISMO E AS MEDIDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE FORAM IMPLEMENTADAS.

Nos últimos anos, o Estado do Ceará vem apresentando um maior dinamismo econômico. Por outro lado, os indicadores sociais registram que ainda há muito o que fazer para elevar o nível das condições de vida da população. "O crescimento econômico ocorreu via política macroeconômica de desenvolvimento através de investimentos do setor público, que procura destacar alguns setores da economia, dando-lhes prioridade. Apesar deste crescimento, ainda persistem condições de desigualdades e concentração de renda, desemprego e pobreza urbana e rural" (TEIXEIRA, 1996, p.33).

Diante da importância que os países atualmente têm destinado ao turismo, e ciente do potencial que o Ceará apresenta, devido as suas próprias características naturais, o Governo optou pela atividade turística como forma de dar um maior impulso ao desenvolvimento econômico do Estado.

Este capítulo, se destinará primordialmente, a identificar de que forma o governo do Estado estabeleceu suas metas de atuação no campo do turismo, de acordo com a nova regulamentação adotada nacionalmente pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo -MICT- através do Instituto Brasileiro de Turismo -EMBRATUR- a partir de uma união entre os governos estaduais e a iniciativa privada.

1.1. A POLÍTICA NACIONAL DO TURISMO

Existem três fatores básicos que explicam as transformações ocorridas na moderna indústria do turismo: Primeiro, a influência que ela exerce diretamente sobre a renda, a geração de emprego e a arrecadação de tributos. E indiretamente, via efeito multiplicador, na dinamização dos segmentos inter-relacionados, e no surgimento de novas oportunidades de negócios e de investimentos. (IPLANCE, 1993, p.3)

Segundo, as alterações na atual estrutura produtiva que permite uma redução no número de horas de trabalho, com o conseqüente aumento do tempo destinado ao lazer, servindo de incentivo para que as pessoas optem pelo turismo, como forma de aproveitar seu tempo disponível. E por último, às próprias exigências dos novos padrões de consumo. No caso do turismo, hoje o visitante esclarecido visa não apenas preços baixos, mas acima de tudo, qualidade nos serviços e produtos ofertados.

Acompanhando as modificações na atividade turística, no mundo todo, o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo -MICT- estabeleceu uma Política Nacional de Turismo, em parceria com o setor privado, visando a organização das ações do setor público, definindo parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais e orientando o setor privado. Dentre os objetivos estabelecidos citamos (EMBRATUR, 1996, p.9):

1. a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros que vivem em regiões com potencial turístico;
2. a diversificação qualitativa dos bens e serviços produzidos e da infra-estrutura receptiva do turismo nacional;

3. a geração de novos empregos e a manutenção dos já existentes;
4. a qualificação e requalificação dos recursos humanos já envolvidos;
5. o aproveitamento da mão-de-obra não qualificada com sua conseqüente capacitação;
6. a redução das desigualdades regionais;
7. o maior aporte de divisas ao balanço de pagamentos;
8. a integração sócio-econômica e cultural da população;
9. a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
10. a inserção do Brasil no cenário internacional, construindo uma imagem externa positiva.

The logo consists of the letters 'BSFEAC' in a bold, sans-serif font. The letters are dark and have a slightly textured appearance, possibly due to the scanning process. The 'B' and 'S' are connected, as are the 'F' and 'E'. The 'A' is slightly larger and more prominent than the others.

Basicamente, o que o Governo Federal espera através desses objetivos, é desencadear o progresso social, reduzir as disparidades inter-regionais, gerando emprego e renda para a população, e tornar o turismo brasileiro competitivo. A Política Nacional do Turismo é uma complementação ao Plano de Investimento Plurianual 1996-1999, que determina a criação de programas regionais integrados de turismo, o incremento do ecoturismo e a adoção de estratégias de marketing, para que se atinja em 1999 as seguintes metas: elevar o número de turistas estrangeiros para 3,8 milhões, implicando em uma expansão percentual de 111% em relação a 1994 ,cujo número de turistas foi de 1,8 milhão; aumentar de US\$ 1,95 bilhão para 4,0 bilhões o ingresso de divisas estrangeiras, com o incremento de 105,13% com base em 1994; e passar de 9% da população economicamente ativa empregada pelo setor para além de 10,6% que é a média mundial (EMBRATUR,1996,P.10).

A participação do governo no fomento desta política é de extrema relevância, visto que cabe ao Estado fornecer a infra-estrutura básica

(iluminação, abastecimento d'água, saneamento básico, rodovias, etc.) para atrair e tornar os investimentos viáveis. Além de subsídios, empréstimos de longo prazo, assistência financeira nas pesquisas, capacitação dos recursos humanos, apoio à linhas de crédito, concessões e incentivos fiscais. Lembrando que o turismo deve merecer a atenção tanto do governo, quanto da iniciativa privada, numa união que traga benefícios para a economia do país. Com esta visão, a Política Nacional do Turismo defende a busca de parcerias para os empreendimentos, sejam nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, e propõe mudanças estruturais, como redução de impostos e facilidades de financiamento, para atrair um maior número de investidores e consumidores dos produtos turísticos.

Foram criados vários programas de incentivo ao turismo no país, seja para promoção do setor, principalmente no exterior, através da participação em feiras, congressos e eventos. Seja para gerar as condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo, com destinação de recursos para áreas definidas como pólos turísticos.

Esta monografia não tem a intenção de estender a análise a todos os programas implantados pelo Governo¹. Por ser de maior interesse para o nosso trabalho, no próximo tópico será vista apenas a ação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE - quando aplicado ao estado, viabilizando o estabelecimento do turismo no Ceará, com o intuito de promover seu desenvolvimento econômico.

¹ Para informações adicionais sobre o referido assunto ver TEIXEIRA, 1996.

1.2. POLÍTICA ESTADUAL DO TURISMO

O clima, a natureza privilegiada (serras, sertão e litoral) e a própria localização geográfica, somados ao folclore e cardápio regional, fazem com que o Ceará seja identificado como um excelente produto a ser comercializado a nível nacional e internacional.

A partir das novas diretrizes traçadas no atual plano de governo do Estado, tendo como pontos-chaves a descentralização² e a diversificação³ da economia e acreditando na capacidade do Ceará em atender a demanda disponível no momento, o setor público determinou estratégias para atingir o desenvolvimento econômico , através do investimento no turismo.

Uma de suas principais medidas foi a criação da Secretaria Estadual de Turismo - SETUR, através do Decreto-Lei nº12.456 de 16/06/95, com a finalidade de planejar, coordenar, executar e fomentar o turismo, elaborando uma política específica para o setor, composta de estratégias de planejamento e marketing, visando a captação de novos mercados e investimentos para o Estado.

A SETUR foi organizada em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará e tendo como base a Política Nacional do Turismo, que por sua vez segue as orientações da OMT - Organização Mundial do Turismo. Com base nos princípios de descentralização e participação, foram definidas prioridades, a partir de uma visão estratégica. Com o reordenamento do espaço turístico cearense, através do planejamento macrorregionalizado, determinou-se os centros, corredores, roteiros

² Segundo TEIXEIRA (1996), a Descentralização ocorre através da interiorização da indústria com a criação de pólos regionais.

³ TEIXEIRA (1996) também refere-se a Diversificação da Economia como o incentivo que é dado a novos ramos industriais, como é o caso do setor de turismo.

turísticos e projetos âncoras⁴ e especiais, com o objetivo de atrair segmentos específicos do mercado (SETUR, 1996).

As ações da SETUR, sem dúvida divulgaram o Ceará para o mundo, colocando-o em evidência e atraindo investidores, especialmente europeus e do sul do país, com interesse em aplicar seus investimentos no Estado.

Com o objetivo de transformar o Estado do Ceará em um produto turístico diferenciado e competitivo e obter um aproveitamento mais racional e integrado de suas atividades, a atuação da Setur, se divide em três frentes de ação: a territorial, a institucional e a de fomento.



⇒ AÇÃO TERRITORIAL: classificando áreas com características semelhantes (físicas, geográficas, ambientais, sócio-econômicas, grau de desenvolvimento urbano, transporte, infra-estrutura, gestão do solo), identificou-se espaços turísticos proeminentes e com graus de desenvolvimento diferenciados, para que pudesse ser implantados programas específicos, com a criação e manutenção de produtos turísticos diversificados. Assim, o estado do Ceará foi dividido em seis macrorregiões turísticas. Citaremos cada uma delas, bem como alguns de seus projetos âncoras e especiais (SETUR, 1996, p.24):

MRT - Fortaleza / RMF

Projetos âncoras: incentivo ao turismo de negócios e convenções; ao turismo de lazer (roteiros de animação noturna, adequação de barracas e quiosques, postos de informação); ao turismo cultural: valorização da cozinha cearense, edificações históricas e artesanato. Recuperação de espaços e monumentos em parceria com a Secretaria de Cultura - SECULT

⁴ Planos básicos do Projeto.

e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SDU, localizados em Fortaleza, Aquiraz e Caucaia. Além do turismo esportivo e ecológico.

Projetos especiais: O termo de referência do Plano de Desenvolvimento Turístico da Macrorregião, concebido dentro de uma estratégia que atendeu os requerimentos e objetivos constantes no Plano Operativo e na concepção do PRODETURIS. A sinalização turística, mapas pictóricos e " Cruise Ceará ", Cruzeiros Marítimos no Ceará.

MRT Litoral Leste/ Apodi

Projetos âncoras: atinge o turismo de lazer, cultural, rural/tecnológico. Como: o Projeto da Costa Branca com o vale do Jaguaribe, estruturando o corredor turístico do litoral leste/ Apodi, a conservação da ambiência dos núcleos de pescadores e comunidades nativas, e estruturação do roteiro das águas do Vale do Jaguaribe, conservando as manifestações dos períodos colonial e contemporâneo.

Projetos especiais: sinalização turística, preservação ambiental do litoral, elaboração de roteiros turísticos.

MRT Serras Úmidas / Baturité

Projetos âncoras: envolvendo o turismo ecológico; turismo de convenções; turismo de recomposição, aproveitando as condições climáticas benéficas à saúde; turismo cultural, resgatando a memória, dinamizando as manifestações tradicionais e de eventos, visando uma maior atratividade da região e incentivando a comercialização do artesanato e dos produtos regionais.

MRT Litoral Oeste / Ibiapaba

Projetos âncoras: turismo ecológico (elaboração de roteiros de atrativos naturais - Serra da Ibiapaba e Ipu) ; turismo cultural e esportivo, com a estruturação do “ Barreiras Golf Resort ” em Camocim (Centro Turístico Integrado de Camocim).

Projetos Especiais: Termo de referência para elaboração do plano de desenvolvimento turístico desta macrorregião, Projeto Parques e Costa do Nordeste Ocidental; Sinalização turística; Paisagismo rodoviário; Parque nacional de Ubajara, visando seu melhor aproveitamento, através de convênio de cooperação entre o IBAMA e o governo do estado.

#MRT Sertão Central

Projetos âncoras: turismo cultural, com a ampliação de equipamentos e serviços de apoio ao açude do Cedro, divulgação das culturas primitivas nos sítios arqueológicos dos municípios de Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu, definição de sítios aproveitáveis em tomadas cinematográficas; turismo rural; turismo esportivo e religioso (Canindé e Quixadá); turismo de recomposição, através de implantação de um SPA, na Serra do Estevão, em Quixadá e o turismo de natureza, com a implantação do Parque Nacional dos Monólitos em Quixadá e Quixeramobim, roteiros de águas e trilhas ecológicas.

MRT Araripe / Cariri

Projetos âncoras: turismo religioso (Juazeiro do Norte) ; turismo ecológico, implantação de equipamentos turísticos na Chapada do Araripe e no Boqueirão de Lavras; turismo cultural.

Projetos especiais: termo de referência para subsidiar a realização do plano de desenvolvimento desta região e o Cariri Invest. Negociação com o Pacto Cariri Invest / AMCAR para o estabelecimento de parceria, para troca de informações entre a SETUR e a AMCAR.

Para auxiliar cada macrorregião, foi criada uma gestão móvel da Setur para percorrer todas as áreas, acompanhando seu desenvolvimento e realizando pesquisas na tentativa de melhorar cada vez mais a atuação do governo do estado na busca de implantar um modelo de desenvolvimento da atividade turística eficiente e criar um segmento econômico sólido.

⇒ AÇÃO INSTITUCIONAL: Foi desenvolvido um plano de Marketing para o estado, onde a estratégia mercadológica adotada, consiste em divulgar o Ceará internacionalmente, com ênfase na Áustria, Holanda, Alemanha, Inglaterra, Itália, Espanha , Portugal, Estados Unidos e Canadá. E no mercado interno, principalmente nas regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

As empresas prestadoras de serviços turísticos, juntamente com as autoridades governamentais, têm procurado atuar no sentido de fazer com que a demanda turística se distribua de forma mais homogênea e regular durante o ano, a fim de proporcionar uma ocupação mais adequada dos equipamentos turísticos e reduzir ao mínimo o nível de variação da demanda entre a alta e a baixa temporada, através de campanhas por outras atrações induzidas (realização de convenções, congressos de âmbito nacional e/ou internacional) e as campanhas promocionais com a diferenciação de preços para serviços (pacotes, descontos e redução de tarifas, além de iniciativas

de marketing mais ativas em mercados emissores de grande poder aquisitivo. (IPLANCE, 1993, p.6)

Paralela a essas ações, foi desenvolvido um programa de capacitação dos recursos humanos. Através de cursos para qualificar aqueles que lidam diretamente com a atividade do turismo. Esse programa visa a melhoria na qualidade dos serviços ofertados, preparando a população de cada localidade para se engajar na atividade turística e ser absorvida como mão-de-obra especializada, tendo como consequência o objetivo primordial da distribuição de renda. No período de 95/96 foi treinado um total de 1.600 pessoas.



⇒ AÇÃO DE FOMENTO: As realizações do fomento visam a captação de recursos e negociações com investidores do exterior e nacionais, servindo de elo entre empresários, prefeituras e instituições financeiras. É importante ressaltar o apoio dado a pequenas e médias empresas, incluindo a assistência técnica na elaboração de projetos, estudos de viabilidade e liberação de crédito para aplicação na criação e manutenção de equipamentos turísticos. (TEIXEIRA, 1996, p.6)

Dando suporte as ações da SETUR, existe o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR / NE - que é um plano originário do Banco do Nordeste do Brasil - BNB - visando uma integração de todos os estados do nordeste, na aplicação de uma política regional do turismo, e envolvendo também todos os segmentos econômicos que interagem com este setor. Sempre seguindo as determinações da Política Nacional do Turismo, que tem o intuito de desenvolver cada região, através de uma intervenção planejada, seguindo um padrão de organização que permita o

surgimento de uma atividade consistente no Nordeste. Este programa aplicado ao Ceará, deu origem ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense - PRODETUR / CE - dando continuidade ao já existente PRODETURIS.

Para desenvolver o turismo, os governos estaduais do Nordeste e Federal, aliaram-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - atraindo recursos na ordem de US\$ 400 milhões. Este montante é duplicado por recursos provenientes do Banco do Nordeste do Brasil. Esta totalidade de recursos forma o suporte financeiro do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que prevê a construção de aeroportos em cinco cidades, recuperação do sistema básico de saneamento urbano e proteção ao meio ambiente. No Ceará, os projetos do PRODETUR têm orçamento previsto de US\$ 126,6 milhões, dos quais US\$ 60,5 milhões destinam-se as obras de construção do novo Aeroporto. O restante se destinará a recuperação da infra-estrutura básica das principais cidades costeiras, implantação de novos equipamentos turísticos e treinamento de recursos humanos no litoral ocidental do estado, onde o programa está concentrado. (BALANÇO ANUAL - Ceará, 1995, p.48)

A orientação dada a cada estado do Nordeste é que optasse por uma área prioritária para receber todo o incentivo necessário, evitando assim o desperdício de recursos. Desta forma, será criado um complexo turístico competitivo, com produtos diferentes a serem oferecidos a seus visitantes.

O litoral cearense foi dividido em quatro regiões turísticas com características similares de nível sócio - econômico - cultural.

→ RT I: formada pela Região Metropolitana de Fortaleza, Caucaia e Aquiraz.

→ RT II: (Costa do Sol Poente) constituída pelos municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Caucaia.

→ RT III: Envolve os municípios de Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Aracati e Icapuí.

→ RT IV: Composta pelos municípios de Barroquinha, Camocim, Cruz, Acaraú, Itarema, Amontada e Itapipoca.

A Região turística escolhida para receber os incentivos do PRODETUR/ CE, foi a também chamada Costa do Sol Poente, “para iniciar os esforços do desenvolvimento do turismo no litoral, contemplando uma região que se configura com relativo vazio de atividade econômica e passível de incorporar um reordenação dinâmica, envolvendo uma rede de cidades e localidades. Essa escolha teve como critério básico a ocupação e regularidade da posse da terra e o tamanho das propriedades existentes em cada região”. (TEIXEIRA, 1996, p.147)

A Costa do Sol Poente possui uma área de 115 Km de extensão, composta pelos seis municípios já referidos anteriormente. Esta área foi subdividida em partes menores denominadas: Base Turística de Investimentos, Núcleos Urbanos Turísticos, Centros de Acomodação, Núcleos de Pesqueiras e Acoradouros, cada uma exercendo uma função específica no conjunto, com o objetivo maior de manter a região integrada e evitar a pulverização dos investimentos. Acredita-se que os impactos abranjam a economia do Ceará, como um todo. Não apenas pelo volume a ser investido, mas pela profundidade da transformação. (TEIXEIRA, 1996, p.153)

2. METODOLOGIA

A metodologia usada para mensurar os impactos da atividade turísticas sobre certas variáveis econômicas, de relevância para o nosso estudo, devido a sua simplicidade pode ser sumarizada com brevidade. Análise gráfica, tabular e taxas de crescimento não necessitam de maiores considerações, no entanto testes de hipóteses, regressão linear e análise de impactos, utilizando uma matriz de insumo produto, merecem uma explicação mais detalhada dos seus papéis na investigação a ser desenvolvida.

O teste estatístico do qual faremos uso é o de diferença de médias que pode ser entendido na formulação abaixo:

$$H_0: \mu_1 = \mu_2$$

$$H_A: \mu_1 \neq \mu_2$$

O teste para verificar as hipóteses acima tem distribuição t de Student com $n_1 + n_2 - 2$ graus de liberdade e pode ser escrito da seguinte forma:

$$t = \frac{\bar{X}_1 - \bar{X}_2}{\sqrt{\frac{(n_1 - 1)S_1^2 + (n_2 - 1)S_2^2}{n_1 + n_2 - 2}}}$$

A partir de um nível de significância definido, o valor deste teste é comparado com os valores críticos tabelados e, a partir destes valores, toma-se a decisão sobre a rejeição ou aceitação da hipótese nula. Especificamente, este teste nos permitirá aquilatar se a média dos meses de pico difere da média dos meses subsequentes ou antecedentes.

Com o intuito de entender os fatores determinantes do fluxo turístico para o estado faremos uso da técnica de regressão linear múltipla. De uma

forma genérica podemos especificar o fluxo turístico total para o estado com a seguinte notação funcional,

$$FTT = f (Y_{pc}, Tcr, D),$$



onde FTT denota o fluxo turístico total, Y_{pc} é a renda per capita do Brasil, Tcr é a taxa de câmbio real, definida como a taxa de câmbio nominal multiplicada pela razão entre os índices de preços dos Estados Unidos e do Brasil, e D é uma variável dummy mensuradora de possíveis efeitos de mudanças na política de incentivo ao turismo.

Acredita-se que tanto a renda per capita como a taxa de câmbio influenciem positivamente o fluxo turístico. A renda per capita do Brasil ao aumentar torna, obviamente, o turista brasileiro mais rico. O estado deve, portanto, capturar parte deste efeito-renda, aumentando, assim, seu fluxo turístico. Já a última relação justifica-se pelo fato do fluxo turístico total constituir-se de duas componentes: turistas nacionais e estrangeiros. Então, uma taxa de câmbio sobrevalorizada induzirá a um maior fluxo para o exterior e conseqüentemente um menor fluxo para o estado. Por outro lado, uma taxa de câmbio sobrevalorizada torna mais cara a estadia do turista estrangeiro no Brasil. Por conseqüente ambas as forças levam a uma relação direta entre taxa de câmbio e fluxo turístico. A variável dummy também deve afetar o fluxo turístico de uma forma direta. Por conseqüente, se houve uma mudança de regime de política governamental criando melhores condições para o turismo isto deve acarretar um aumento do fluxo turístico.

A função escrita acima pode ser linearizada na forma

$$FTT_t = \alpha + \beta_1 Y_{PC,t} + \beta_2 TC_{R,t} + \beta_3 D_t + \varepsilon_t$$

Os parâmetros desta equação serão estimados por mínimos quadrados ordinários e, a partir destas estimativas, poderemos quantificar a influência da renda per capita, da taxa de câmbio, e de mudanças de regime de política no fluxo turístico, bem como projetar cenários das variáveis independentes e a resposta do fluxo turístico a estes cenários.

Se as variáveis renda per capita e taxa de câmbio são medidas em logaritmos, os parâmetros associados com estas variáveis passam, automaticamente, a representar elasticidades. Assim, o parâmetro associado com renda per capita passaria a ser entendido como a elasticidade-renda do fluxo turístico. Já o parâmetro associado com a taxa de câmbio representaria a elasticidade do fluxo turístico com respeito ao câmbio.

O modelo de insumo-produto de Leontief consiste numa identidade básica de contabilidade nacional que diz que a produção de um determinado setor industrial pode ser decomposta em utilização intermediária mais a utilização final. Generalizando esta noção para n setores podemos escrever, usando notação matricial, que:

$$AX=d$$

onde A é uma matriz $n \times n$ de coeficientes técnicos; X é um vetor $n \times 1$, denotando a produção de cada um dos n setores industriais, e d é um vetor $n \times 1$ de demanda final por cada setor.

Usando-se a inversa de A podemos reescrever a equação acima como

$$X=A(-1)d$$

Esta última equação dá lugar a uma gama de possibilidades de aplicações empíricas. Entre elas podemos destacar o cálculo da necessidade de produção, dado um certo nível de demanda final; o cálculo dos *backward* e *forwards linkages*, que denotam o poder de encadeamento de cada setor;

e, o que nos interessa mais de perto, o cálculo de alterações na produção dada uma alteração no nível da demanda final. Utilizando uma matriz de coeficientes técnicos para o estado é possível calcular o efeito dos impactos de políticas públicas voltadas para o setor turístico bem como do gasto direto dos turistas com bens e serviços sobre a produção dos diferentes setores da economia.

Estes impactos são obtidos multiplicando-se $A(-1)$ por um vetor que contém zeros em todas as suas posições exceto naquelas cujos setores sofrem uma alteração de demanda.

3. EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Neste capítulo examinaremos as principais evidências empíricas do impacto do turismo na economia estadual. Esta análise empírica será decomposta em duas vertentes. Uma, mais descritiva, estudará o comportamento de algumas variáveis indicadoras do efeito do turismo na economia cearense. Já a outra, mais analítica, usará alguns conceitos desenvolvidos na teoria econômica, como a matriz de Leontief e estimativas de elasticidades, para aproximar impactos da atividade turística sobre o restante do sistema econômico.

As variáveis econômicas escolhidas como indicativas da influência do turismo foram o índice de emprego, total e setorial; o Produto Interno Bruto do estado, por setor e subsetores; a evolução das principais culturas agrícolas; o índice de preços ao consumidor na cidade de Fortaleza; o saldo da balança comercial do estado; o número de hóspedes registrados nos hotéis classificados; e os fluxos turísticos, nacional e internacional, para o estado. Desta forma, através da análise desses indicadores, será possível detectar a importância do turismo e como a evolução desta atividade tem alterado ou não a trajetória de desenvolvimento do Estado do Ceará.

3.1 A ATIVIDADE TURÍSTICA E O COMPORTAMENTO DE ALGUMAS VARIÁVEIS ECONÔMICAS.

Examinando o índice mensal de emprego total do estado, no período de 1994 a 1996, vê-se através da Tabela e Gráfico 1, que nos meses de pico do turismo, basicamente janeiro e julho, não há nenhuma mudança positiva. De uma maneira geral, durante todo este período, este índice flutua muito

pouco, na casa de 2% apenas. Testes de hipóteses, a um nível de significância de 5%, não corroboraram a diferença da taxa de emprego nos meses subsequentes e antecedentes. O valor de t observado, para comparação com os meses subsequentes, por exemplo, foi de 0,21, em contraste com um valor tabelado de 2,36. Depreende-se deste fato que o turismo não tem cumprido uma das suas mais propaladas funções, que é a de gerador de emprego.

Examinando o mesmo índice desagregado por setor econômico, na Tabela 2, nota-se que as atividades mais ligadas ao turismo, que são o comércio e os serviços, também não sofrem alterações sensíveis no emprego nos meses de pico. O valor do teste t para o Comércio, para comparação com os meses subsequentes, foi de apenas -0,0019.

Ressalta-se, contudo, que estes resultados devem ser analisados com cautela. Os dados examinados sofrem de duas possíveis deficiências. Uma é a do período de tempo. Por examinar apenas o período a partir de 1994, parte do emprego gerado não é mostrada no índice. Um segundo problema com o índice é que muito do emprego induzido pela estação turística não é registrado em estatísticas oficiais, deixando assim de ser refletido na evolução do emprego.

TABELA 1

ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO DO ESTADO DO CEARÁ - 1994/96

base: (dez/84 = 100)

PERÍODO	1994	1995	1996
JANEIRO	111,30	114,40	113,82
FEVEREIRO	111,30	114,73	113,90
MARÇO	111,14	114,68	113,77
ABRIL	111,30	114,70	114,11
MAIO	111,49	114,79	
JUNHO	111,94	114,74	
JULHO	112,21	114,43	
AGOSTO	112,55	114,04	
SETEMBRO	113,32	114,05	
OUTUBRO	113,86	114,14	
NOVEMBRO	114,18	114,00	
DEZEMBRO	114,31	113,73	
MÉDIA	112,40	114,37	

Fonte: SUDENE, Boletim Conjuntural - Nordeste do Brasil (agosto de 1996)

BSFEAG

GRÁFICO 1

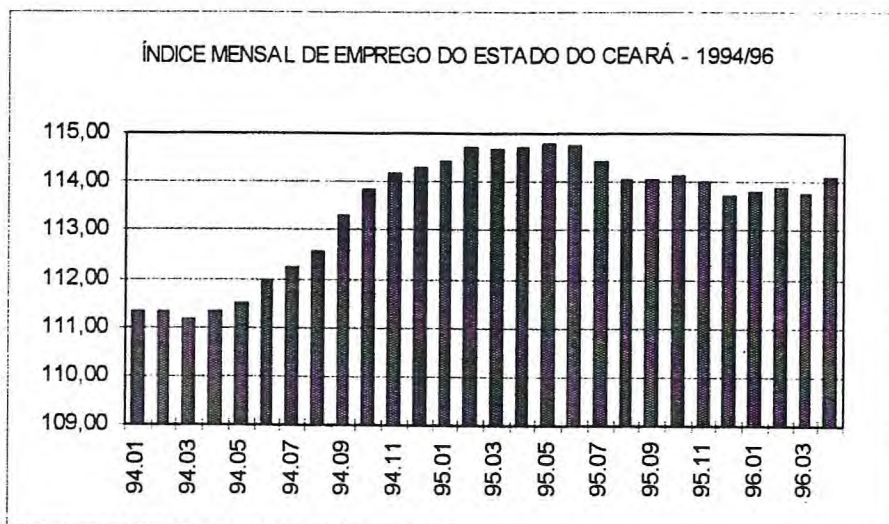


TABELA 2

ESTADO DO CEARÁ
ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO, POR ATIVIDADE ECONÔMICA-1994/1996
 Base: (Dez/84=100)

PERÍODO	TODAS AS ATIVIDADES	AGRICULTURA SILVICULTURA ETC.	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERVIÇO INDUSTRIAL DE UTILIDADE DE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	OUTRAS
1994										
JANEIRO	111,3	106	164,97	98,7	104,43	147,7	110,24	125,18	100,73	108,6
FEVEREIRO	111,2	105,3	160,37	97,59	104,03	150,93	109,75	125,34	100,85	108,35
MARÇO	111,14	104,23	157,11	97,92	103,66	147,11	109,45	125,85	100,84	107,74
ABRIL	111,3	105,57	154,17	99	103,59	144,21	109,23	126,14	100,83	107,69
MAIO	111,49	106,21	153,58	100,45	103,48	140,66	108,84	126,46	100,82	110,95
JUNHO	111,94	106,2	152,54	101,76	103,24	14,043	108,67	127,22	100,81	11,49
JULHO	112,21	106,17	150,24	102,8	103,02	141,36	108,5	127,36	100,82	112,05
AGOSTO	112,55	107,49	152,27	103,46	103,32	140,62	109,22	127,68	100,8	112,9
SETEMBRO	113,32	107,88	154,84	105,18	103,23	142,9	110,19	128,2	100,81	112,5
OUTUBRO	113,86	107,65	155,97	106,54	102,96	143,83	111,6	128,26	100,8	112,62
NOVEMBRO	114,18	107,66	160,81	107,66	103,19	142,06	112,57	128,29	100,78	113,04
DEZEMBRO	114,31	107,06	157	108,21	103,02	142,73	112,85	128,16	100,78	113,29
MEDIA	112,4	106,46	156,16	102,44	103,43	143,71	110,09	127,01	100,81	102,6
1995										
JANEIRO	114,4	106,01	162,84	108,66	103	143,33	113,03	127,95	100,8	113,53
FEVEREIRO	114,73	106,4	163,91	108,83	103,22	146,8	112,95	128,37	100,82	112,78
MARÇO	114,68	106,08	162,12	108,79	102,98	146,92	112,65	128,45	100,84	112,45
ABRIL	114,7	105,96	160,47	108,83	102,9	147,14	112,4	128,64	100,83	111,94
MAIO	114,79	104,03	161,69	108,84	102,75	146,86	112,93	128,87	100,84	112,35
JUNHO	114,74	102,97	163,19	108,42	102,14	148,05	113,14	128,9	100,83	115,14
JULHO	114,43	102,2	152,72	107,28	101,62	147,49	113,22	128,85	100,8	116,08
AGOSTO	114,04	102,58	150,34	105,64	101,03	146,56	112,95	129,03	100,79	118,52
SETEMBRO	114,05	103,92	149,99	105,35	100,9	147,69	112,9	128,99	100,76	121,28
OUTUBRO	114,14	103,44	150,69	105,6	100,53	150,01	112,14	129,21	100,75	121,73
NOVEMBRO	114	101,7	150	104,69	100,36	151,75	112,82	128,87	100,75	121,92
DEZEMBRO	113,73	101	147,65	104,06	100,43	151,04	113,23	128,38	100,77	120,36
MEDIA	114,37	103,86	156,3	107,08	101,82	147,8	112,86	128,71	100,8	116,51
1996										
JANEIRO	113,82	101,55	149,04	103,5	100,67	155,12	113,18	128,41	100,78	119,13
FEVEREIRO	113,9	100,3	150,56	103,39	100,19	153,55	113,43	129,04	100,77	118,96
MARÇO	113,77	99,89	147,77	103,35	99,62	151,14	113,23	129,27	100,77	117,69
ABRIL	114,11	99,69	148,18	104,23	99,22	150,34	113,26	129,85	100,88	116,82

Fonte: SUDENE, Boletim Conjuntural - Nordeste do Brasil (agosto de 1996)

A decomposição do PIB estadual por setores, como pode ser visto na Tabela 3 e no Gráfico 2, fornece-nos uma indicação de como a economia estadual tem evoluído a partir de 1970. Mais especificamente nos interessa o período de 1987 em diante. O setor serviços, tradicionalmente o mais dinâmico do estado, e de maior ligação com o que acontece com o turismo, mostra um crescimento maior do que os outros setores no período

mencionado. A taxa média de crescimento dos serviços neste período é de 3,66% em contraste com os 3,23% atingidos pela indústria. É óbvio que este maior dinamismo atingido no período não é um indicativo irretorquível de que existe uma relação de causalidade entre o crescimento do turismo e o crescimento do setor serviços. Até mesmo pelo primeiro ter suas atividades registradas contabilmente neste setor teríamos, por força, uma associação entre as duas atividades. Podemos, no entanto, usar esta evidência, que frisamos ser apenas indicativa, de que o turismo tem impacto positivo na economia no período retromencionado.

Vale salientar que não existe uma diferença notável entre as taxas de crescimento dos serviços e da indústria no período analisado. Deve-se isto ao esforço simultâneo do governo estadual em promover o turismo concomitante com uma política de desenvolvimento industrial. Esta última tem alavancado de maneira perceptível a indústria de transformação do estado. Portanto, deve-se levar em conta que não é de pouca monta o incentivo dado ao turismo, apenas incentiva-se, nos mesmos termos, o desenvolvimento industrial.



Examinando-se desagregadamente o setor serviços vemos, de acordo com a Tabela 4 e o Gráfico 3, que o subsetor Comércio (incluindo Restaurantes e Hospedagem) atingiu, durante o período 1987/1993, um crescimento médio de 5,51%. Em contraste, o subsetor Atividades Financeiras, no mesmo período, cresceu apenas 0,31% e os Serviços Comunitários decresceram 1,59%. Já o subsetor de Transporte, Armazenagem e Comunicação decresceu 27%. Verifica-se assim que o subsetor mais ligado ao turismo cresceu bem mais do que os outros

subsetores, o que ajuda a corroborar a hipótese de que o turismo tem tido um impacto positivo sobre crescimento econômico no período recente.

TABELA 3

ESTADO DO CEARÁ
ÍNDICES E VARIAÇÕES ANUAIS DO PRODUTO INTERNO BRUTO REAL
SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS - 1970-95
 (ANO BASE=1980)

ANOS	SETORES ECONÔMICOS							
	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		TOTAL	
	ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)	ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)	ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)	ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1970	52,40		24,90		35,80		35,70	
1971	131,20	150,40	24,60	-1,20	38,70	8,10	64,70	81,20
1972	127,10	-3,10	25,90	5,30	44,00	13,70	62,30	-3,70
1973	155,20	22,10	33,20	28,30	49,10	11,60	80,00	28,40
1974	110,80	-28,60	35,70	7,40	51,50	4,90	63,50	-20,60
1975	105,30	-5,00	45,50	27,50	54,20	5,20	63,20	-0,50
1976	115,40	9,60	53,00	16,50	64,90	19,70	74,80	18,40
1977	136,10	17,90	68,60	29,40	69,70	7,40	83,40	11,50
1978	166,00	22,00	77,70	13,30	78,80	13,10	94,80	13,70
1979	115,60	-30,40	86,30	1,10	91,20	15,70	94,60	-0,20
1980	100,00	-13,50	100,00	15,90	100,00	9,60	100,00	5,70
1981	86,90	-13,10	98,20	-1,80	102,10	2,10	99,30	-0,70
1982	127,30	46,50	107,80	9,80	114,60	12,20	114,50	15,30
1983	40,60	-68,10	132,20	22,60	114,20	-0,30	113,70	-0,70
1984	157,80	288,70	220,70	66,90	139,70	22,30	162,50	42,90
1985	146,40	-7,20	181,20	-17,90	144,60	3,50	154,00	-5,20
1986	132,00	-9,80	162,60	-10,30	165,10	14,20	160,70	4,40
1987	107,20	-18,80	162,80	0,10	161,40	-2,20	155,80	-3,00
1988	162,00	51,10	166,00	2,00	165,60	2,60	165,10	6,00
1989	131,80	-18,60	174,60	5,20	187,20	13,00	177,20	7,30
1990	114,70	-13,00	170,00	-2,60	159,00	-15,10	158,20	-10,70
1991	157,60	37,40	180,50	6,20	177,90	11,90	176,20	11,40
1992	123,90	-27,40	185,50	2,80	179,00	0,60	174,30	-1,10
1993	57,00	-54,00	192,80	3,90	193,10	7,90	176,70	1,40
1994(1)	104,10	82,60	200,90	4,20	209,70	8,60	194,50	10,10
1995(1)	99,70	-4,20	215,50	7,30	221,70	5,70	205,20	5,50

(1) DADOS PRELIMINARES

Fonte: SUDENE, Boletim Conjuntural - Nordeste do Brasil (agosto de 1996)

GRÁFICO 2

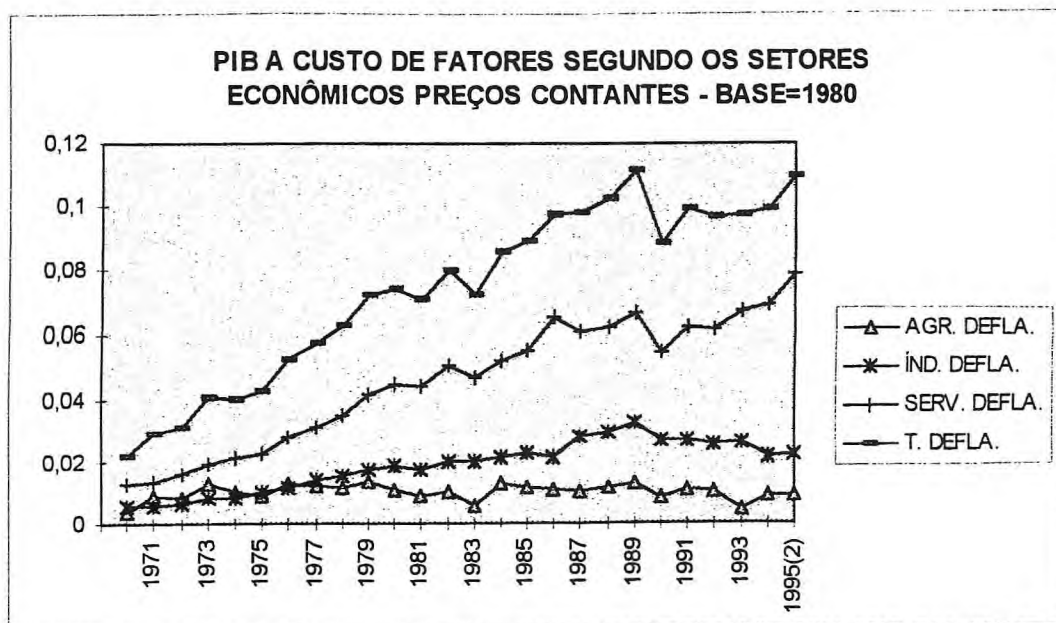


TABELA 4

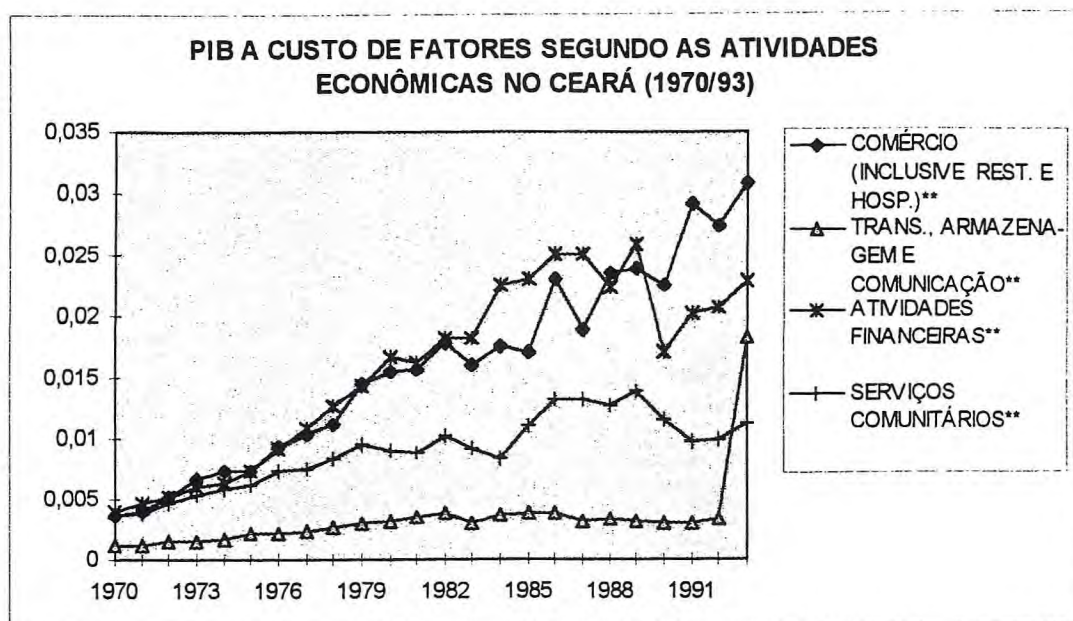
CEARÁ**PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS
PERÍODO 1970 -93**

PERÍODO	COMÉRCIO (INCLUSIVE REST. E HOSP.)**	VARIAÇÃO COMÉRCIO	TRANS., ARMAZENA- GEM E COMUNICAÇÃO**	VARIAÇÃO TRANSP. ARM. E COMUNIC.	ATIVIDADES FINANCEIRAS**	VARIAÇÃO ATV. FINANC.	SERVIÇOS COMUNITÁRIOS**	VARIAÇÃO SERV. COMUNIT
1970	0,00374		0,00117		0,00398		0,00374	
1971	0,00406	8,56%	0,00116	-0,85%	0,00464	16,58%	0,00387	3,48%
1972	0,00515	26,85%	0,00150	29,31%	0,00515	10,99%	0,00466	20,41%
1973	0,00662	28,54%	0,00144	-4,00%	0,00604	17,28%	0,00532	14,16%
1974	0,00728	9,97%	0,00171	18,75%	0,00637	5,46%	0,00580	9,02%
1975	0,00727	-0,14%	0,00210	22,81%	0,00727	14,13%	0,00622	7,24%
1976	0,00935	28,61%	0,00211	0,48%	0,00917	26,13%	0,00731	17,52%
1977	0,01036	10,80%	0,00232	9,95%	0,01080	17,78%	0,00748	2,33%
1978	0,01112	7,34%	0,00266	14,66%	0,01272	17,78%	0,00839	12,17%
1979	0,01449	30,31%	0,00296	11,28%	0,01435	12,81%	0,00949	13,11%
1980	0,01542	6,42%	0,00324	9,46%	0,01662	15,82%	0,00897	-5,48%
1981	0,01564	1,43%	0,00358	10,49%	0,01612	-3,01%	0,00883	-1,56%
1982	0,01783	14,00%	0,00376	5,03%	0,01824	13,15%	0,01018	15,29%
1983	0,01598	-10,38%	0,00303	-19,41%	0,01810	-0,77%	0,00919	-9,72%
1984	0,01753	9,70%	0,00360	18,81%	0,02243	23,92%	0,00832	-9,47%
1985	0,01696	-3,25%	0,00388	7,78%	0,02306	2,81%	0,01100	32,21%
1986	0,02295	35,32%	0,00391	0,77%	0,02495	8,20%	0,01310	19,09%
1987	0,01887	-17,78%	0,00319	-18,41%	0,02506	0,44%	0,01324	1,07%
1988	0,02344	24,22%	0,00330	3,45%	0,02233	-10,89%	0,01263	-4,61%
1989	0,02386	1,79%	0,00316	-4,24%	0,02579	15,49%	0,01386	9,74%
1990	0,02251	-5,66%	0,00296	-6,33%	0,01706	-33,85%	0,01148	-17,17%
1991	0,02912	29,36%	0,00304	2,70%	0,02016	18,17%	0,00971	-15,42%
1992	0,02738	-5,98%	0,00340	11,84%	0,02062	2,28%	0,00989	1,85%
1993	0,03084	12,62%	0,00248	-27,00%	0,02279	10,53%	0,01121	13,37%

(**) PREÇOS CONSTANTES R\$1,00 - BASE 1980

Fonte: SUDENE, Agregados Econômicos Regionais/Nordeste do Brasil - 1996

GRÁFICO 3



A evolução da produção física das principais culturas agrícolas do estado refletem mais a sazonalidade climática, típica do estado, do que uma correlação com um aumento de demanda causado pelo turismo.

Culturas que poderiam ter uma maior ligação com o efeito-demanda, causado por uma intensificação do turismo, tais como alho, tomate, abacaxi, laranja, e castanha de caju, ou mesmo o algodão, matéria prima básica da indústria têxtil estadual, decrescem no período ou flutuam aleatoriamente. Conclui-se, pelo comportamento destes indicadores que o turismo não tem afetado sensivelmente a agricultura local.

TABELA 5

CEARÁ**PRODUÇÃO FÍSICA E VARIAÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS.1991-96**

CULTURAS	PRODUÇÃO (t)						VARIAÇÃO (%)				
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1992/91	1993/92	1994/93	1995/94	1996/95
Temporárias											
Abacaxi(1)	141	56	47	59	67	50	-60,3	-16,1	25,5	13,6	-25,4
Algodão Herbáceo	35.522	29.414	4.771	62.068	30.531	29.234	-17,2	-83,8	1.200,90	-50,8	-4,2
Alho	367	439	322	343	358	318	19,6	-26,7	6,5	4,4	-11,2
Amendoim	1.233	456	460	1.155	1.213	1.253	-63	0,9	151,1	5	3,3
Arroz	166.450	126.270	102.892	194.572	197.920	213.649	-24,1	-18,5	89,1	1,7	7,9
Cana-de-açúcar	2.899.542	2.792.116	1.595.627	1.923.411	2.029.036	1.962.546	-3,7	-42,9	20,5	5,5	-3,3
Feijão	207.641	103.399	40.626	292.762	208.826	288.591	-50,2	-60,7	620,6	-28,7	38,2
Fumo	168	180	214	236	220	163	7,1	18,9	10,3	-6,8	-25,9
Mamona	11.242	1.854	284	3.575	3.184	3.733	-83,5	-84,7	1.158,80	-10,9	17,2
Mandioca	1.185.494	973.988	423.147	734.846	1.012.348	1.097.897	-17,8	-56,6	73,7	37,8	8,5
Milho	372.125	165.251	39.404	486.481	469.177	591.555	-55,6	-76,2	1.134,60	-3,6	26,1
Sorgo	586	480	260	472	418	441	-18,1	-45,8	81,5	-11,4	5,5
Tomate	82.380	62.045	56.038	66.717	91.764	80.143	-24,7	-9,7	19,1	37,5	-12,7
Permanentes											
Algodão Arbóreo	18.242	13.816	6.299	10.097	5.452	6.968	-24,3	-54,4	60,3	-46	27,8
Banana(2)	33.811	33.536	22.235	31.494	31.383	34.743	-0,8	-33,7	41,6	-0,4	10,7
Café	7.931	6.639	3.189	6.185	5.940	5.833	-16,3	-52	93,9	-4	-1,8
Castanha-de-caju	75.888	45.160	22.427	68.766	80.896	90.459	-40,5	-50,3	206,6	17,6	11,8
Coco-da-baia(1)	140.909	160.758	120.611	137.714	143.444	148.264	14,1	-25	14,2	4,2	3,4
Laranja(1)	103.078	103.921	80.350	78.215	73.961	73.243	0,8	-22,7	-2,7	-5,4	-1
Sisal	177	177	166	62	56	65	0	-6,2	-62,7	-9,7	16,1

(1)PRODUÇÃO EM MIL FRUTOS

(2)PRODUÇÃO EM MIL CACHOS

Fonte: SUDENE, Boletim Conjuntural - Nordeste do Brasil (agosto de 1996)

Normalmente, atribui-se como um dos efeitos perversos do turismo o aumento dos preços decorrentes de uma pressão de demanda excessiva, nas épocas de pico do fluxo turístico. Para buscar evidências sobre o que acontece com os preços durante a temporada turística, na cidade de Fortaleza, examinamos os dados disponíveis sobre inflação.

Pelo exame da Tabela 6, complementada pelo Gráfico 4, apesar de apenas três anos de observações, pode ser verificado que não existem impactos significativos sobre o nível geral de preços, como medido pelo índice de custo de vida na cidade de Fortaleza.

Deve-se notar que esta análise é parcialmente prejudicada pela introdução do plano real que, além da mudança de regime inflacionário,

causa uma mudança na tendência de alta dos preços introduzindo uma trajetória de deflação. Por conseguinte, não achamos recomendável, neste caso proceder a teste de hipóteses sobre diferenças de médias de preços, pois é demais clara a ausência de patamares mais altos de inflação nos meses de janeiro e julho.

Acreditamos também que, se houvesse disponível um índice de preços da classe média, este seria bem mais apropriado para quantificar o possível impacto da demanda turística sobre os preços do que um índice geral de custo de vida.

DSFEAC

TABELA 6

VARIAÇÕES PERCENTUAIS DO ÍNDICE DE PREÇOS
AO CONSUMIDOR (custo de vida)

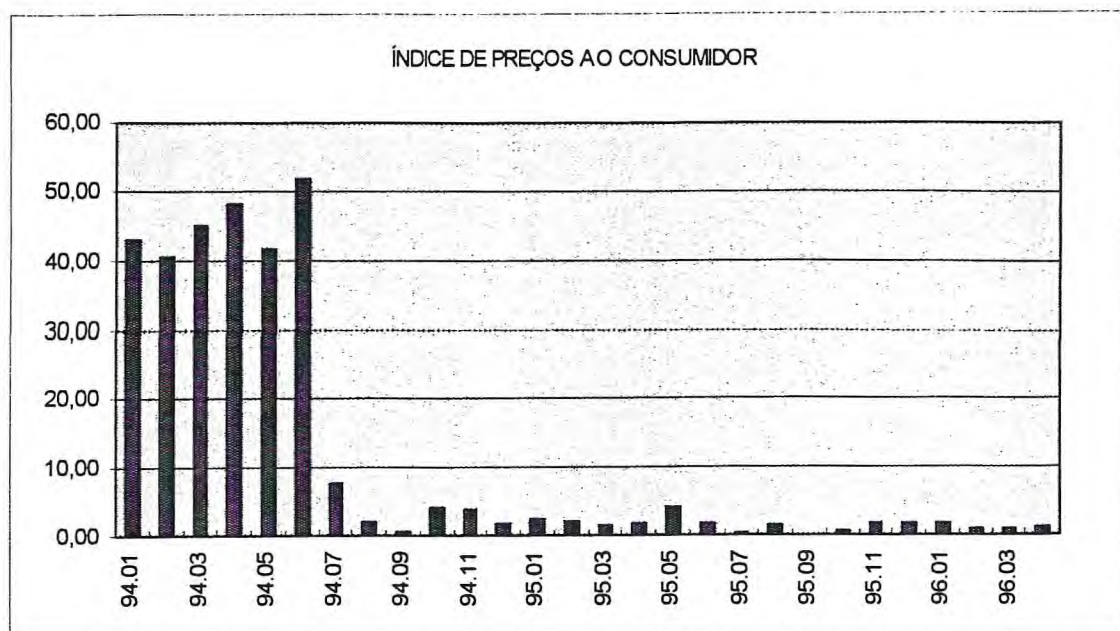
FORTALEZA - 1992-1996

PERÍODO	1992	1993	1994	1995	1996
	1274,53*	2708,94*	1028,08*	22,01*	
JANEIRO			42,98	2,25	1,79
FEVEREIRO			40,58	2,12	1,01
MARÇO			44,81	1,61	0,92
ABRIL			48,30	1,80	1,10
MAIO			41,55	4,27	
JUNHO			51,77	1,87	
JULHO			7,66	0,27	
AGOSTO			2,03	1,52	
SETEMBRO			0,57	0,07	
OUTUBRO			4,16	0,68	
NOVEMBRO			3,84	1,86	
DEZEMBRO			1,81	1,77	

(*) Variação Acumulada no Ano.

Fonte: SUDENE, Boletim Conjuntural -NE do Brasil

GRÁFICO 4



A análise do saldo da balança comercial nos dá uma idéia dos efeitos do fluxo turístico sobre o comércio do estado com o resto do país e o exterior. A análise deste indicador, durante o período de 1987-1995, onde tem se desenvolvido uma intensificação da atividade turística, apresenta uma tendência decrescente, chegando a tornar-se negativo a partir de 1991. Pode-se inferir deste resultado que o turismo fomenta importações. Embora não se possa dizer que é exclusivamente o efeito do turismo que desequilibra a balança comercial, pois o estado tem uma nítida vocação importadora. De qualquer maneira restaria ao governo incentivar o desenvolvimento da produção local. Levando, assim, a uma internalização dos efeitos dinamizadores do turismo.

TABELA 7

CEARÁ**SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (1980-95)**

VALOR US\$ 1.000 (FOB)

ANOS	Exportação	Importação	Saldo	TAXA DE VARIAÇÃO %
1980	156.224	112.487	43.737	
1981	173.099	105.166	67.933	55,322
1982	155.730	105.523	50.207	-26,093
1983	165.626	89.595	76.031	51,435
1984	203.041	69.130	133.911	76,127
1985	216.094	91.855	124.239	-7,223
1986	197.496	93.950	103.546	-16,656
1987	229.403	82.322	147.081	42,044
1988	262.014	58.104	203.910	38,638
1989	219.595	123.001	96.594	-52,629
1990	230.569	113.705	116.864	20,985
1991	270.419	164.618	105.801	-9,467
1992	303.692	238.937	64.755	-38,795
1993	295.579	389.551	-93.972	-245,119
1994	334.861	545.778	-210.917	-124,447
1995	352.131	656.785	-304.654	-44,443

Fonte: SUDENE, Boletim Conjuntural - Nordeste do Brasil (agosto de 1996)

O fluxo de hóspedes nos hotéis classificados de Fortaleza é outro indicador importante do efeito do turismo na economia estadual. Aqui podemos analisar dois aspectos desta atividade econômica. Uma é a sua evolução através do tempo, a outra é a sua sazonalidade dentro de um determinado período de tempo.

Na Tabela 8 podemos ver como tem se comportado o fluxo de hóspedes anualmente a partir de 1989. O fluxo não aumentou sensivelmente neste período, em média 1.75%, sobretudo devido às quedas abruptas registradas em 1990 e 1992. Estas variações negativas bruscas explicam-se devido ao confisco da poupança durante o Plano Collor, no ano de 1990, e à forte queda verificada na demanda turística nacional em 1992, devido à

recessão na economia aliada à forte aceleração inflacionária (IPLANCE, 1993).

Quanto à sazonalidade dentro do ano podemos ver, pelo exame da Tabela 8, que os períodos de pico do fluxo turístico dão-se nos meses de janeiro e julho. Temos assim estabelecida uma relação com outras variáveis econômicas medidas mensalmente.



TABELA 8

NÚMERO TOTAL DE HÓSPEDES REGISTRADOS NOS HÓTEIS CLASSIFICADOS DE FORTALEZA
PERÍODO

MESES	1988	1989	%89/88	1990	%90/89	1991	%91/90	1992	%92/91	1993	%93/92	1994	%94/93	1995	%95/94
JANEIRO	21.574	26.238	22,0	26.232	0,00	23.559	-10,20	22.470	-4,60	24.456	8,84	23.994	-2,00	25.805	7,50
FEVEREIRO	15.968	18.407	13,3	17.734	-3,70	15.578	-12,20	16.845	8,10	20.124	19,47	15.646	-22,20	19.888	27,10
MARÇO	15.219	18.308	20,3	14.270	-22,10	16.987	19,00	14.317	-15,70	16.354	14,23	16.221	-0,80	18.660	15,00
ABRIL	14.462	17.276	19,5	11.576	-33,00	15.852	36,90	13.347	-15,80	13.455	0,81	13.922	3,50	17.117	23,00
MAIO	14.777	16.983	15,0	13.529	-20,30	17.439	28,90	12.107	-30,60	11.596	-4,22	13.687	18,00	16.605	21,30
JUNHO	13.815	14.678	6,2	13.696	-6,70	16.967	23,90	11.938	-29,60	11.629	-2,59	11.882	2,10	14.667	23,40
JULHO	23.226	25.076	8,0	23.223	-7,40	24.381	55,00	20.400	-16,30	20.809	2,00	20.056	-3,60	22.808	8,70
AGOSTO	17.052	19.675	15,4	17.764	-9,70	19.744	11,10	16.308	-17,40	15.914	-2,42	18.845	18,40	15.400	-18,20
SETEMBRO	14.722	19.067	30,0	17.767	-6,80	20.491	15,30	14.357	-29,90	14.910	3,85	18.494	24,00	16.294	-12,00
OUTUBRO	18.042	19.304	7,0	18.033	-6,60	21.549	19,50	17.812	-17,30	18.413	3,37	19.831	7,70	17.387	-12,30
NOVEMBRO	14.610	17.741	21,4	16.128	-9,10	17.680	9,60	17.350	-1,90	14.900	-14,12	19.161	28,60	18.355	-4,20
DEZEMBRO	16.534	18.421	11,4	16.758	-9,00	17.045	1,70	16.046	-5,90	15.535	-3,18	21.372	37,50	17.433	-18,40
TOTAL	200.001	231.174	16,0	206.710	-10,60	227.272	9,90	193.297	-14,90	198.095	2,48	213.111	7,50	220.419	3,40

Fonte:BOH

Já o fluxo turístico total pode ser decomposto nas componentes nacional e internacional, como visto na Tabela 9. Pelo exame destes dados vê-se que a proporção maior que visita o estado é de turistas nacionais. A média da razão entre turistas internacionais e nacionais é de apenas 4,8%.

O fluxo turístico total pode ser explicado a partir de um modelo de regressão como descrito na metodologia. Os resultados da estimação da equação especificada anteriormente mostram que a variável dummy não tem influência significativa sobre o fluxo turístico, implicando que a mudança de política de incentivo não foi suficiente para causar uma mudança significativa

na evolução do fluxo turístico. Assim a variável dummy foi retirada da equação.

As outras variáveis, renda per capita e taxa real de câmbio, influenciam significativamente o fluxo turístico total, como denotado pela estatística t. Os sinais das elasticidades estão de acordo com a expectativa teórica; isto é, ambos são positivos. Por outro lado, coeficiente de determinação, de 86% , é plenamente satisfatório. Como é comum em dados de séries temporais necessitou-se de uma correção para o efeito da autocorrelação, denotado abaixo como AR(1).

Pode-se constatar que a renda per capita tem um efeito bem mais forte sobre o fluxo turístico do que a taxa de câmbio. De acordo com as elasticidades, um aumento de 1% na renda per capita leva a um aumento de 1,88% no fluxo turístico. Já um aumento de 1% na taxa de câmbio leva a um aumento de apenas 0,027% no fluxo turístico. Aliás, intuitivamente este não é um resultado inesperado, pois normalmente espera-se que um aumento na renda das pessoas leve a um impacto maior sobre o movimento turístico do que mudanças na taxa de câmbio.

Os resultados desta equação além de fornecerem parâmetros explicativos do comportamento do fluxo turístico para o estado, também podem servir de base para estudos de simulação em que diferentes cenários de renda per capita e política cambial podem ser testados com a correspondente resposta do fluxo turístico. Infelizmente nenhuma destas variáveis podem ser localmente controlados. Restando, portanto, ao governo estadual continuar investindo em infraestrutura turística e políticas de marketing caso queira forçar um deslocamento da trajetória do fluxo turístico.

TABELA 9

FLUXO TURÍSTICO DO CEARÁ
PERÍODO 1981-94

ANO	FTT	TAXA DE VARIÇÃO %	FTE	TAXA DE VARIÇÃO %	FTN	TAXA DE VARIÇÃO %
1981	99148		2906		96242	
1982	106212	7,12	3072	5,71	103140	7,17
1983	144857	36,38	2822	-8,14	142035	37,71
1984	177340	22,42	4169	47,73	173171	21,92
1985	166236	-6,26	3018	-27,61	163218	-5,75
1986	201722	21,35	6113	102,55	195609	19,85
1987	194565	-3,55	9588	56,85	184977	-5,44
1988	211673	8,79	11672	21,74	200001	8,12
1989	243099	14,85	11925	2,17	231174	15,59
1990	216369	-11,00	9659	-19,00	206710	-10,58
1991	236719	9,41	9441	-2,26	227278	9,95
1992	208477	-11,93	15246	61,49	193231	-14,98
1993	221651	6,32	23556	54,51	198095	2,52
1994	228163	2,94	15052	-36,10	213111	7,58

FTT: FLUXO TURÍSTICO TOTAL

FTE: FLUXO TURÍSTICO EXTERIOR

FTN: FLUXO TURÍSTICO NACIONAL

Fonte: BRAIDE, Jamile Maia. *Estimação da Demanda Turística para o Estado do Ceará*. 1996

EQUAÇÃO ESTIMADA PARA O FLUXO TURÍSTICO NO ESTADO DO CEARÁ

$$\hat{FTT}_t = 37,24 + 1,88Y_{PC,t} + 0,027TC_{R,t} \quad AR(1) = 1,028$$

(2,76) (6,01) (3,98)

$$R^2 = 0,865$$

$$\bar{R}^2 = 0,825$$

$$DW = 2,31$$

$$F = 21,43$$

3.2. IMPACTOS SOBRE A PRODUÇÃO SETORIAL DOS INVESTIMENTOS E DA DEMANDA TURÍSTICA.

Para verificar o impacto de um aumento de investimentos, voltados para o setor turístico, sobre a produção dos demais setores da economia, foi utilizada a matriz de insumo-produto construída para o estado por Soares (1993) e condensada em apenas doze setores por Ferreira e Oliveira (1996).

Os doze setores constituem-se em: 1.Agropecuária; 2.Beneficiamento de Produtos Alimentares; 3.Hospedagem e Alimentação; 4.Transportes; 5.Construção Civil; 6.Bebidas e Fumo; 7.Têxtil, Vestuário e Calçados; 8.Comércio; 9. Comunicações; 10. Serv. Prestados às Famílias; 11. Serv. Prestados às Empresas; 12. Inst. Financeiras e de Seguros.

A finalidade de usar a última matriz em lugar da primeira é que, supostamente, naquela ficariam mais claros o encadeamento do setor turístico com os demais setores, bem como haveria uma maior facilidade nos cálculos devido à sua reduzida dimensão. Haveria ainda um parâmetro de comparação, desde que em Ferreira e Oliveira (1996) já foram calculados índices de Rasmussen, que mostram o poder de encadeamento de cada setor.



Assim utilizando as informações coletadas por Teixeira (1996) sobre gastos do setor público em infraestrutura turística, como aeroporto, estradas e saneamento básico, e ainda supondo que todos estes gastos são realizados num ponto do tempo e são feitos inicialmente apenas no setor de construção civil, medimos o impacto do investimento de um milhão de reais sobre a produção dos doze setores constantes da matriz mencionada acima.

A matriz, bem como os vetores de variação na demanda final e na produção setorial são mostrados na Tabela 10 e, como pode ser visto, o

impacto maior, além do próprio impacto na construção civil, é sobre o setor de produção de bens para empresas, seguido pelos impactos sobre o setor de transportes e o comércio. Ressaltamos que os resultados de variação na produção estão expressos como resposta a mudanças correspondentes a um milhão de reais. Caso queiramos saber a variação na produção dos setores devido ao novo investimento governamental devemos multiplicar cada um destes números por 113, pois o investimento em infraestrutura é considerado da ordem de R\$ 113.000.000.

Estes resultados são fundamentalmente diferentes dos obtidos por Ferreira e Oliveira (1996), quando mediram o poder de encadeamento dos setores. Isto deve-se ao fato de que no cálculo dos índices de encadeamento, o que está sendo considerado são todos os efeitos diretos e indiretos, onde vetor de demanda final é considerado unitário. Já o que estamos medindo aqui são impactos de um aumento de demanda final para apenas um setor.

Embora reconhecendo a utilidade do cálculo dos índices de encadeamento, acreditamos que os impactos são os casos mais frequentes na economia que, em geral, progride de forma desigual, enquanto nos índices de encadeamento assume-se homogeneidade na distribuição da demanda.

Um outro impacto sobre a produção setorial é o da demanda turística. Este impacto foi obtido através do cálculo da receita direta do turismo, que consiste na multiplicação do número total de turistas num determinado ano pelo gasto médio do turista. Aqui várias simplificações foram usadas. A estrutura de gastos usada é a do turista nacional (SEBRAE, 1996), que não é

a mesma do turista internacional. No entanto, como o número de turistas internacionais é muito pequeno com relação ao total, não acreditamos que esta hipótese cause grandes transtornos aos nossos cálculos. Uma segunda hipótese simplificadora é a da conversão do dólar em reais utilizando uma paridade unitária. Também a estrutura de gastos utilizada foi a de 1995, que não é exatamente a mesma de 1994 mas era o único dado disponível sobre tal estrutura de gastos.

Assim, foi obtida uma receita total para 1994, último dado disponível do número total de turistas, de R\$ 172.879.105,1 distribuída, segundo a estrutura de despesas, com 39.8% alocados para o setor de Hospedagem e alimentação; 28% para Produção de Bens e Serviços para as Famílias; 27,7% para o Comércio; e 6,8% para os Transportes. Estes valores compõem o vetor gerador de impactos da demanda turística sobre a produção setorial.

Como podemos ver na Tabela 10, o setor mais beneficiado pelo impacto da demanda turística é o de Hospedagem e Alimentação seguido pelo de Produção de Bens e Serviços para as Empresas e, em terceiro lugar, pelo setor de beneficiamento de produtos alimentares. Como pode ser notado o impacto da demanda turística sobre a produção setorial distribui-se diferentemente do impacto causado pelo investimento em infra-estrutura.

Para finalizar acrescentaríamos que como numa economia real os impactos da demanda distribuem-se desigualmente entre os setores, a indicação do poder de encadeamento para a frente e para trás torna-se, até certo, ponto abstrata. Ferreira e Oliveira (1996), por exemplo, concluem que como a agropecuária é o setor a demonstrar mais forte poder de encadeamento, esta deveria, portanto ser incentivada. Esta conclusão apoia-

se, no entanto, na suposição de um aumento uniforme na demanda de todos os setores. Quando este impacto é desigual, como vimos acima, a resposta do setor agrícola passa a ser insignificante.

TABELA 10
MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO DO ESTADO DO CEARÁ

0,096161	0,163619	0,005374	0,021988	0,000791	0,265399	0,143222	0,000000	0,000000	0,001738	0,000206	0,000000
0,016185	0,138838	0,055625	0,001603	0,000088	0,012133	0,000662	0,000000	0,000000	0,007105	0,000095	0,000000
0,008194	0,009228	0,074475	0,015768	0,012812	0,011475	0,005903	0,009736	0,118519	0,022345	0,060532	0,024706
0,015042	0,020099	0,010239	0,041645	0,022140	0,024610	0,010103	0,007220	0,007817	0,006152	0,012126	0,000000
0,006664	0,003728	0,029121	0,001000	0,089933	0,011708	0,001918	0,000135	0,011818	0,001807	0,012261	0,000266
0,000000	0,000000	0,006265	0,000000	0,000000	0,008018	0,000000	0,000000	0,000000	0,000134	0,000000	0,000000
0,001712	0,036533	0,001887	0,000232	0,000532	0,000078	0,296862	0,000000	0,000000	0,007122	0,008586	0,000000
0,010161	0,045182	0,028001	0,020616	0,020563	0,023523	0,011777	0,019791	0,008165	0,008937	0,007761	0,000532
0,000198	0,000250	0,007397	0,001109	0,000368	0,002611	0,000185	0,000000	0,005037	0,005151	0,015112	0,005796
0,027617	0,000053	0,018995	0,111039	0,018906	0,000137	0,000005	0,000000	0,036702	0,011057	0,125118	0,003211
0,003607	0,093581	0,050197	0,031811	0,098951	0,073315	0,062701	0,000518	0,092168	0,027797	0,091921	0,022086
0,001329	0,000000	0,020101	0,001969	0,003900	0,000000	0,000000	0,000000	0,016734	0,011827	0,000500	0,028330

VETORES DE IMPACTO NA PRODUÇÃO

$$\begin{bmatrix} 0,00 \\ 0,00 \\ 0,00 \\ 0,00 \\ 1000000,00 \\ 0,00 \\ 0,00 \\ 0,00 \\ 0,00 \\ 0,00 \\ 0,00 \\ 0,00 \\ 0,00 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 791,00 \\ 88,00 \\ 12812,00 \\ 22140,00 \\ 89933,00 \\ 0,00 \\ 532,00 \\ 20563,00 \\ 368,00 \\ 18906,00 \\ 98951,00 \\ 3900,00 \end{bmatrix} \quad \begin{bmatrix} 0,00 \\ 0,00 \\ 67422850,90 \\ 13830328,41 \\ 0,00 \\ 0,00 \\ 0,00 \\ 38033403,12 \\ 0,00 \\ 48406149,43 \\ 0,00 \\ 0,00 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 4341,77 \\ 23812,64 \\ 38707,25 \\ 10636,33 \\ 11973,48 \\ 2481,00 \\ 2748,79 \\ 19427,07 \\ 4416,06 \\ 19388,15 \\ 30020,41 \\ 11309,07 \end{bmatrix}$$

BRASIL

4. CONCLUSÕES

O principal objetivo deste trabalho foi o de analisar os impactos do incremento da atividade turística, no período de 1987 até o presente, sobre a Economia do Estado do Ceará. Para atingir tal objetivo escolheu-se certas variáveis, representativas da atividade econômica, e analisou-se o comportamento destas durante o período.

A constatação mais geral a que chegamos foi a de que, apesar do razoável aporte de recursos, trazidos pelo turismo, tanto a nível de gastos diretos, como de investimentos em infraestrutura, não há uma mudança sensível em termos de emprego. Por outro lado, não parece haver uma mudança perceptível no nível de preços da economia, o que constitui-se em um fator positivo. Outras constatações importantes são as de que o turismo é gerador de importações, como indicado pela análise do saldo da balança comercial, e de que não há efeito de monta sobre as principais culturas agrícolas do estado.

A um nível mais analítico constatamos que o fluxo turístico não foi sensivelmente afetado pela política de incentivos implantada em 1987, por outro lado a renda per capita nacional e o câmbio explicam com razoável latitude o fluxo turístico.

A análise de impactos sobre produção, usando a matriz de Leontief, mostra que nem sempre setores de alto poder de encadeamento capturam os benefícios de aumento da demanda de investimento e gastos diretos. Perde-se assim grande parte do dinamismo que poderia ser gerado na economia local com o incremento da atividade turística.

O Turismo no Estado do Ceará, tem enormes possibilidades de atingir um crescimento satisfatório e alcançar seu objetivo primordial, que é o de trazer o desenvolvimento para a região, visto ser uma terra pródiga em atrativos turísticos. No entanto, esta não é uma condição suficiente para a atividade turística no Ceará tornar-se sólida, competitiva e trazer reais benefícios para a economia do Estado, bem como para a população local. Apesar dos Programas Nacional e Estadual de Turismo que foram estabelecidos, ainda há muito a desejar no que diz respeito aos resultados destes programas. Isto implica numa das principais conclusões do nosso trabalho, que é a de que o turismo não tem afetado significativamente e de forma encadeada a economia local. Apesar do grande aporte de recursos trazido por esta atividade, quer a nível de investimento, quer a nível de demanda, pode-se notar claramente vazamentos na rede inter-industrial que deixam escapar grande parte deste recursos para outras regiões.

Quanto ao uso de políticas públicas caberia, portanto, ao governo, para levar a um desenvolvimento combinado da economia estadual, pari passu ao incentivo que vem sendo dado ao turismo, incrementar uma política de fortificação dos encadeamentos gerados por este setor. Isto implicaria em incentivar mais rigorosamente os setores imediatamente a montante e a jusante da atividade turística.

Um outro fator inibidor do turismo na região é o nível das tarifas aéreas. Torna-se bem mais barato para o turista do Sudeste, principal região supridora de demanda para o turismo cearense, viajar para localidades concorrentes, como o Caribe. No entanto, o governo local não tem interferência na determinação destas tarifas, ou na regulação dos mercados de companhias aéreas. Poderia, contudo, haver uma iniciativa conjunta com

o segmento privado no sentido de pressionar o governo federal a admitir um maior grau de concorrência nas rotas aéreas que servem ao Ceará. Só assim seria possível um rebaixamento dos preços das passagens.

Finalmente, é útil que se indique algumas limitações das nossas conclusões. Dada a exiguidade de dados estatísticos sobre o turismo, utilizamos no nosso estudo indicadores que padecem de um certo grau de ambiguidade, como apontamos na análise anterior. Embora creiamos que, em linhas gerais, nossas conclusões são corretas; isto é, o turismo não tem tido um grande impacto sobre a economia cearense, esperamos que futuros estudos sobre o tema poderão qualificar melhor estas conclusões através de dados mais refinados.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Max. Turismo: Uma Abordagem Econômica do Setor com Ênfase para a Região Nordeste. Dissertação de Mestrado. CAEN/UFC. 1996.

Balanço Anual/ Ceará . 1995

BARETTO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. Papirus Editora. 1995.

BNDES. Programa Nacional de Financiamento ao Turismo - Rio de Janeiro, 1995.

BNDES. Programa Nacional de Financiamento ao Turismo. 1995.

BRAIDE, J. M. Estimação da Demanda Turística para o Estado do Ceará.

CEAG/SEBRAE. Perfil do Turista Estrangeiro de Fortaleza. 1996.

Conjuntura Econômica. 500 maiores Empresas do Brasil. FGV. Agosto. 1996.

Conjuntura Econômica. O Colapso do Turismo e a Violência no Brasil. FGV. Dezembro. 1995.

Diário do Nordeste. Caderno de Turismo. 15 de Março. 1995.

DIAS, C. M. M. Tendências Evolutivas do Turismo e da Hotelaria. Turismo e Análise. Vol. 2. P. 79-99. 1991.

EMBRATUR. Estudo do Mercado Potencial Europeu de Viagens para o Brasil. 1994.

EMBRATUR. Política Nacional do Turismo : 1996-1999

EMBRATUR/IBAMA. Diretrizes para uma Política Nacional do Turismo. 1994.

EMBRATUR/MIC. Estudo da Demanda Turística Internacional. 1994.

EMBRATUR/MIC. Política Nacional de Turismo 1996-1999 - Principais Diretrizes, Estratégias e Programas. 1995.

FENATUR -Federação Nacional do Turismo. Demanda Internacional. 1995.

FREIRE, Laura L.R.O Turismo e sua Importância para a Economia do Nordeste. BNB-ETENE. Mimeo. 1990.

IPLANCE. Desempenho Recente e Impactos Econômicos do Turismo no Ceará.Fortaleza,1993.

IPLANCE. Desempenho Recente e Impactos Econômicos do Turismo no Ceará.Fortaleza,1993.

IPLANCE. O Desempenho do Turismo no Ceará em 1995. Fortaleza, 1996.

IPLANCE/ SEPLAN-CE. Índices de Preços ao Consumidor e Custo de Cesta Básica da Cidade de Fortaleza. 1996.

LAGE, B. H. , MILONE, P, Economia do Turismo . Ed. Papirus.São Paulo, 1991.



LEITE Jr., F. T. Turismo: Fundamentos e Alguma Evidências para o Estado do Ceará. Monografia de Graduação em Economia. UFC. 1993.

O Povo. Encarte Especial Nordeste. Junho. 1996.

OLIVEIRA, A . A . e FERREIRA, A . Impactos do Turismo sobre o Produto Interno Bruto do Ceará. Secretaria de Turismo/ Governo do Estado do Ceará. Relatório Técnico. Mimeo.1996.

OMT. Manual de Municipalização do Turismo. 1994.

OTOCH, Luciana Pessoa. Turismo e Hotelaria no Ceará. Monografia de Graduação em Economia. UFC. Mimeo. 1994.

RABAHY, W. Planejamento do Turismo - Estudos Econômicos e Fundamentos Econométricos. Edições Loyola. 1990.

ROLIM, Z. E. Modelo para o Setor Turismo e a Característica do Caso do Estado de Pernambuco. Texto para Discussão. PIMES/UFPE. 1996.

SEBRAE. Perfil do Turista Nacional de Fortaleza. 1996.

SEFAZ/CE. Balanço Anual do Ceará. 1995.

SETUR/CE. Gestão da Setur Ações realizadas. Fortaleza, 1995-1996.

SOARES, F. A . Matriz de Insumo - Produto do Estado do Ceará - 1995. CAEN - UFC. Relatório de Pesquisa No. 35/ 1993.

SUDENE, Agregados Econômicos Regionais/ Nordeste do Brasil, 1996.

SUDENE, Boletim Conjuntural / Nordeste do Brasil. 1996.

TEIXEIRA, M. S. G. O Terciário na Estrutura Econômica do Ceará - Uma Análise da Organização do Setor de Turismo. Dissertação de Mestrado. CAEN/UFC. Mimeo. 1994.

TEIXEIRA, M. S. G. Investimentos no Turismo no Ceará. Uma Análise dos Impactos sobre produtos, Renda e Emprego. Tese de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes - USP. Mimeo. 1996.